

# FHC pede apoio às reformas

GAZETA MERCANTIL

10 ABR 1996

por Sérgio Bueno  
de Buenos Aires

O presidente Fernando Henrique Cardoso lançou ontem, em Buenos Aires, um apelo para que os governadores apoiem a aprovação da reforma administrativa proposta pelo governo federal. De acordo com ele, dois pontos "inegociáveis" no projeto são a quebra da estabilidade do funcionalismo público e o estabelecimento de um teto salarial geral que impeça "acumulações que levem pessoas a ganhar mais de R\$ 30 mil por mês por intermédio de burlas que fazem com que o teto constitucional seja furado".

Fernando Henrique fez essa declaração durante entrevista coletiva conjunta com seu colega Carlos Menem na Quinta de Olivos, residência oficial do presidente argentino, à qual estavam presentes os quatro governadores que integram sua comitiva: Antônio Britto (Rio Grande do Sul), Paulo Afonso (Santa Catarina), Eduardo Azeredo (Minas Gerais) e Paulo Souto (Bahia). Segundo ele, a reforma é necessária para combater o déficit de estados e municípios, que em 1995 chegou a 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e teve dois terços formados pelos gastos com pessoal.

"Não dá para fingir que se faz reforma sem mexer nesses dois pontos", reforçou, acrescentando que não vai "transigir" nem entrar em negociações que "desfigurem" a proposta do governo. A oposição mandou o recado que "não está disposta a ceder" e "se algum setor no Congresso achar que vale mais a pena botar panos quentes e não enfrentar as questões que assumam de público a responsabilidade". Dirigindo-se aos governadores, o presidente agradeceu "de público" ao esfor-

ço feito desde o ano passado pelos estados e municípios para a contenção de gastos com servidores, "a despeito das dificuldades que encontram do ponto de vista legal".

Durante a entrevista, Fernando Henrique disse ainda que espera "a melhor reação possível" da sociedade frente às suas declarações da véspera, nas quais ameaçou com prisão aos banqueiros envolvidos nos escândalos do sistema financeiro depois de o governo ter barrado a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o assunto. "Isso mostra que a oposição à CPI não foi com o objetivo de escon-

der fraudes", mas para impedir a "utilização política" do assunto e evitar que, em vez de "chegar a uma apuração serena das eventuais irresponsabilidades e fraudes, houvesse simplesmente um processo que perturbaria o curso das reformas nas quais o governo do Brasil está empenhado".

Conforme o presidente, outro equívoco de caráter político da proposta de instalação da CPI foi a limitação do período da investigação a um ano. "As denúncias foram feitas pelo governo e, na verdade, essas eventuais fraudes vêm se processando há muitos anos", ponderou.

Questionado sobre o risco de o

Brasil chegar, em razão do plano de estabilização econômica, a um índice de desemprego semelhante ao da Argentina (que já foi de 18% e hoje oscila entre 14 e 16%), disse que, apesar de existir uma preocupação, o que está havendo no Brasil é uma "transformação estrutural do emprego", com a perda de postos de trabalho em um setor e criação em outro. Mesmo assim, "estamos empenhados em aumentar a oferta de emprego sobretudo através da microempresa e do retreinamento dos trabalhadores para que eles possam obter funções mais adequadas".

Fernando Henrique lembrou que o índice do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente a 1995, que apresentou variações mensais entre 4,3 e 6,1% da população economicamente ativa, foi o mais baixo até hoje em termos de desemprego. "Em 1996, os dados disponíveis do Dieese, do IBGE e da Fiesp demonstram que há desemprego localizado. Não se trata de índices que indiquem recessão nem uma crise estrutural de desemprego que seja de molde a criar um alarme no País."

Os dois presidentes fizeram ainda questão de frisar que conversaram sobre a cooperação no combate conjunto ao narcotráfico, contrabando e sonegação, embora tenham negado que Brasil e Argentina sejam centros importantes de "lavagem de dinheiro". Em relação ao saldo da balança comercial entre os dois países, que em 1995 favoreceu aos argentinos em cerca de US\$ 1 bilhão, Fernando Henrique afirmou que não há preocupação porque o que ocorre é uma oscilação natural. "O importante é que os dois países estão ampliando o intercâmbio e com o tempo a situação vai se reequilibrar."